

RESENHAS

O Movimento Tenentista: a Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935)

de José Augusto Drummond, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986

por Edmundo Campos Coelho

O livro de José Augusto Drummond tem entre outros méritos o de não ser ambíguo ao dar conta do movimento *tenentista*. Com efeito, a tese clássica de Virgínio Santa Rosa segundo a qual os *tenentes* encarnavam os anseios mais íntimos das classes médias e constituíram sua primeira expressão política foi substituída na historiografia e sociologia brasileiras por argumentos frouxos e explicações *ad hoc* que de má vontade admite atenuar a ênfase na dimensão de classe e permitir algum espaço a fatores especificamente militares, isto é, institucionais. O resultado tem sido análises pouco convincentes e claudicantes da perna teórica: sim, os *tenentes* traziam um forte componente de classe, *mas* não se deve ignorar o processo de socialização nos valores militares; é claro que representavam os interesses das classes médias, *entretanto* o Exército é uma instituição que goza de autonomia em relação à sociedade; como membros da instituição militar, os *tenentes* pertenciam a uma categoria que não é diretamente determinada por critérios de classe, *todavia*, etc., etc., etc. Nem se veja em tais argumentos instâncias de sofisticação teórica ou de percepção mais aguda de nuances de análise; trata-se simplesmente de carência de um modelo analítico sólido no qual o peso relativo dos dois fatores — o de classe e o institucional — esteja adequadamente determinado bem como o modo de sua operação. Há também uma outra dificuldade: os historiadores e sociólogos brasileiros nunca souberam muito bem o que fazer com a variável militar; em última análise remetem-na para o âmbito do Estado diluindo-a em outras variáveis de tratamento cômodo, até porque a dicotomia Estado/Qualquer Outra Coisa tem sido usada para tudo explicar nos últimos vinte e poucos anos.

José Augusto Drummond opta claramente pela análise institucional; isto é, ele remete o *tenentismo* de volta ao seu contexto natural, o Exército, e aí procura determinar o seu lugar. Desta opção decorrem o *pressuposto* da análise e sua hipótese de trabalho: a) "Quando digo que os *tenentes* atuam como militares e que o *tenentismo* foi uma forma de militarismo, parto da seguinte suposição: o Exército Brasileiro — como instituição burocrática permanente — é dotado de autonomia (organizativa, burocrática, ideológica, de recursos humanos) em relação aos demais grupos sociais e às demais organizações governamentais" (ps. 22-23); b) "sustentarei que os *tenentes* quiseram principalmente lutar pelos interesses do Exército Brasileiro, conforme os entenderam, atribuindo-lhe um papel especial de arbitragem sobre o sistema político nacional" (p. 31). Em síntese, os *tenentes* atuaram em função de valores da instituição militar simplesmente porque eram militares, e não um bando de pequenos comerciantes, funcionários públicos, advogados, engenheiros, etc.; e os militares têm interesses peculiares que não se confundem com os de qualquer outra categoria social.

Mas aqui começam os problemas com a análise de José Augusto Drummond. Em primeiro lugar ele supõe que a auto-suficiência de meios do Exército Brasileiro (toda organização militar moderna tem suas próprias escolas, critérios peculiares de recrutamento, quadros superiores próprios, etc) equivale, no plano do comportamento institucional, a autonomia de ação na esfera política. Ao invés de toma-la como um *dado* da análise, José Augusto Drummond deveria ter mostrado que tal equivalência realmente existia, digamos, em 1922. Ademais, o Autor negligencia o fato de que tal autonomia não é jamais um atributo, mas uma variável; isto é, não basta dizer ou supor que o Exército gozava de autonomia, pois a questão é: *quanta* autonomia? O suficiente para fazer da instituição militar um ator com projeto próprio ou para negociar sem maiores injunções com os demais agentes políticos?

Em segundo lugar, José Augusto Drummond dá crédito excessivo ao *organograma* organizacional e o confunde com o comportamento efetivo da instituição militar. É verdade que o Exército era uma organização burocrática, mas não há porque exagerar na avaliação do grau em que as variáveis estruturais funcionavam eficientemente; a imagem que o Autor nos oferece do Exército (ps. 29-30) é a de uma burocracia do "tipo ideal" na qual a instituição está *consolidada* no aparelho governamental, a hierarquia, é *rígida* e resulta em coesão interna, os quadros superiores (oficiais) são *profissionalizados*, as funções institucionais dentro do aparelho do Estado são *específicas*, o ambiente é de convivência profissional *intensa*, etc. De qual Exército está falando José Augusto Drummond? Não certamente do Exército Brasileiro do início do século XX, como quer nos fazer crer o Autor. Aliás, a leitura mesmo superficial da parte propriamente analítica do livro desconfirma seus pressupostos teóricos: o que surge das páginas escritas por José Augusto Drummond está longe de ser uma instituição disciplinada, rigidamente hierarquizada ou coesa, com funções

específicas no plano do comportamento real ou dotada de clima de intensa convivência *profissional*. E por que defini o Exército como instituição burocrática *permanente* se os próprios militares, os de ontem e os de hoje, não estão seguros disto, a ponto de inscrever o "permanente" na Constituição vigente como a buscar abrigo na letra da lei?

Desejando estudar o Exército como organização (o que está correto) José Augusto Drummond enfatiza excessivamente as dimensões internas, estruturais da instituição militar e, por isso, escorrega numa análise muito formal. Fico sem saber o que têm a estrutura burocrática do Exército a ver com o *tenentismo*, e o Autor não tem muito sucesso em auxiliar-me sobre este ponto. Também é muito formal e demasiadamente resumido o tratamento que José Augusto Drummond dá à percepção que os *tenentes* supostamente tinham do papel do Exército no processo político. Em linhas gerais, o esquema apresentado é o seguinte (p. 86): a) O poder civil é corrupto e não se identifica com os interesses da Nação; b) inversamente, o Exército Brasileiro representa legitimamente as aspirações nacionais; c) o Exército está em oposição ao poder civil e cabe-lhe assumir uma posição de "arbitragem" que leve à "regeneração" política do país e garanta sua própria sobrevivência e autonomia como instituição. Mas o que tem este esquema de peculiar ao *tenentismo*? Eu diria que muito pouco, ou nada; com alguns acréscimos e alterações menores este mesmo esquema forma a estrutura básica do pensamento de Góes Monteiro que, por sinal, em nada se identificava cote os *tenentes* (além de tê-los combatido com denodo).

Em síntese: José Augusto Drummond optou pela perspectiva analítica correta, mas não soube desenvolvê-la; ficou nos enunciados genéricos de um modelo que a teoria organizacional contemporânea há muito declarou inadequado e demasiado formal. Como conseqüência, as evidências que o Autor apresenta como "demonstração" de sua hipótese articulam-se de maneira muito frágil com o pressuposto analítico: os *tenentes* procuraram preferencialmente ganhar aliados dentro do Exército e encontrar uma liderança dentro do quadro de oficiais (ps. 102-103), deflagraram uma revolta concebida operacionalmente em termos militares (ps. 105; 115), etc. Estes podem até ser indicadores do caráter militar do movimento *tenentista*; mas por não estarem articulados com qualquer concepção do Exército como *instituição* (e não apenas do Exército como organização) soam como fragmentos de um tipo de "explicação por exemplificação" sempre tênues e algo ingênuos.

O livro de José Augusto Drummond é, entretanto, muito interessante no aspecto estritamente informativo, e o capítulo sobre a Coluna Prestes é, sem favor, muito bom. O Autor é um pesquisador competente e fez um bom trabalho de levantamento de fontes. Neste aspecto o leitor achará o livro muito satisfatório.

Quem é Quem na Constituinte. Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados

de Leôncio Martins Rodrigues, São Paulo, OESP-Maltese, 1987, 384 p.

por Plínio Dentzien

Leôncio Martins Rodrigues produziu uma obra de referência fundamental para os especialistas e também para todos os brasileiros que se interessam por política. *Quem é Quem na Constituinte* estuda a posição partidária, social e ideológica de 93% dos Deputados Federais Constituintes, apresentando, ao final, pequenas biografias políticas dos mesmos, por Estado.

O trabalho é resultado da cooperação entre LMR e o *Jornal da Tarde* e consta da análise das respostas de 451 Deputados (sobre um total de 487) a um questionário de 19 perguntas formulado pelo autor. Na maior parte do texto, LMR mantém-se próximo aos dados, limitando-se a algumas projeções que revelam o observador atento, bem informado e imaginativo.

A estrutura da análise é simples. Após a apresentação da pesquisa e uma introdução sobre "as eleições de 1986 e o sistema partidário", são analisadas as carreiras políticas, perfis sociais e tendências "políticas e ideológicas" dos deputados. O principal recurso da análise é a partição das distribuições por região e por partido. Região e partido são, assim, os critérios que informam o trabalho e lhe dão inteligibilidade. A variável região separa os constituintes em cinco grupos: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul; a variável partido agrupa os onze partidos representados na Constituinte em sete grupos: PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB, PT/PCs/PSB (a esquerda) e PL/PDC.

Sistema, região e partido

O primeiro capítulo mostra a implantação regional diferenciada dos partidos nas eleições de 1986. Dessa análise resulta que o peso relativo dos partidos é semelhante nas diferentes regiões: o PMDB tem as maiores bancadas em todas as regiões, seguido pelo PFL; o PDS é a terceira força, no Norte, Nordeste e Sul, sendo suplantado por PL/PDC no Centro-Oeste, e pelo PDT e PT no Sudeste. As diferenças mais interessantes aparecem na análise do peso das regiões nas bancadas partidárias. Enquanto a bancada peemedebista corresponde ao perfil da Constituinte, com bancadas maiores do Sudeste (32%) e do Nordeste (29%), intermediária do Sul (19%) e menores do Norte (11%) e

Centro-Oeste (9%), o PFL têm 50% de sua representação no nordeste, e o PDS distribui sua força parlamentar entre nordeste, sul e sudeste, nessa ordem. As outras forças políticas têm aproximadamente 2/3 de sua representação nos estados do sudeste.

O restante da análise sobre o sistema partidário é uma discussão sobre a conceituação do modelo brasileiro, o que, para LMR, ainda não pode ser previsto, a partir da primeira eleição da transição. Ele vê uma alternativa: ou "sistema de partido predominante, se o PMDB ratificar, em futuras eleições, sua última performance; ou sistema bipartidário imperfeito, se o PFL crescer e o PMDB perder a posição de partido majoritário". Restaria, do meu ponto de vista, contemplar a hipótese do multipartidarismo, a que o país poderá chegar de dois modos diferentes (e talvez combinados), a divisão do atual PMDB e/ou o crescimento de algum dos partidos de esquerda, provavelmente o PT.

O capítulo se encerra com uma análise da possibilidade de eleição para a presidência de alguma "liderança de tipo carismático, capaz de passar por cima dos partidos majoritários" (melhor seria dizer maiores), o que LMR acredita improvável, porque PMDB e PFL, "os únicos partidos com implantação em todo o território expressam as principais correntes ideológicas e setores da sociedade brasileira". Faltou nesta passagem menção à alta probabilidade de instituição dos dois turnos para a eleição presidencial, o que me parece o maior obstáculo à eleição de alguma liderança fora dos partidos.

Carreiras

As carreiras políticas dos deputados constituintes variam em função dos partidos a que eles são filiados; nos perfis partidários é clara a influência regional. Assim, os nordestinos e "pefelistas" são os menos estáveis politicamente, o que simplesmente indica que o PFL é um partido de criação muito recente, que se formou a partir dos escombros do PDS, principalmente de seus diretórios no nordeste.

As carreiras políticas são mais árduas no sul e sudeste que nas demais regiões: a proporção dos novatos que se elegeram é sensivelmente menor naquelas regiões. O tamanho dos partidos e a competitividade interna a eles também afetam as carreiras políticas. Os que se elegeram pelo PMDB são os que mostram as carreiras mais longas; mais de um quarto deles foram vereadores. A experiência nos diversos níveis executivos, por outro lado, é mais ponderável entre os eleitos pelo PFL e pelo PDS.

Perfil Social

São vinte e seis as deputadas constituintes, contra apenas sete na legislatura anterior. Elas chegam a 14% das bancadas da região norte e têm 15% dos assentos nos partidos de esquerda. Os partidos de esquerda são também os que têm as bancadas mais jovens. Quase 90% dos deputados constituintes têm instrução universitária, mas, em relação à escolaridade do país, os partidos de esquerda e os dois trabalhistas são os que mostram maior proporção de socialmente ascendentes.

Em termos de sua composição profissional, a Constituinte recrutou metade de seus membros entre intelectuais, um terço entre empresários e o restante no serviço público e profissões manuais ou de baixa classe média. Esse perfil se mantém quase inalterado para as diferentes regiões.

O perfil profissional das diferentes bancadas partidárias permite uma boa caracterização sociológica. O peso do setor empresarial diminui, e aumentam o dos intelectuais e das profissões manuais ou de nível médio à medida que se passa da direita para a esquerda: num extremo o PDS, com 58% de empresários, 33% de intelectuais e 9% de funcionários públicos; no outro, os partidos de esquerda, com nenhum empresário, 62% de intelectuais e 30% de trabalhadores manuais; no meio o PMDB, com 32%, 50%, 12% e 3%, respectivamente.

Posições ideológicas

O último capítulo é, sob certos aspectos, o mais interessante do livro. Nele, LMR analisa a posição dos deputados no *continuum* direita-esquerda para depois procurar o conteúdo dessa posição através da análise das respostas a três questões: a intervenção do Estado na economia, o papel do capital estrangeiro e a reforma agrária.

LMR trabalha com a autodefinição ideológica dos deputados e compara a classificação assim obtida com outras, de David Fleischer, da *Folha de S. Paulo* e de Said Farhat. A autodefinição dos deputados resulta numa classificação à esquerda daquela que se origina da classificação feita pelos analistas políticos e jornalistas: a maioria dos deputados (52%) se autodefiniu no questionário de LMR como de centro-esquerda, enquanto que, nas outras classificações, a categoria mais freqüente é sempre, o centro. A conclusão é que a esquerda exerce maior atração para os deputados.

O resultado dessa análise vale para cada uma das regiões tomadas em separado. Seu cruzamento com a filiação partidária produz um espectro onde aparecem, da direita para a esquerda, PDS, PFL, PTB, PL/PDC, PMDB, PDT e

PT/PCs/PSB. A análise mostra ainda a relativa influência do perfil ideológico na migração para o PMDB: enquanto 80% dos oriundos no MDB se autodefinem como de centro-esquerda, apenas 57% dos que vêm do PDS ou PFL o fazem. As posições ideológicas se correlacionam ao perfil profissional da Constituinte: a posição de centro-esquerda é a preferida entre os intelectuais (59%) e os trabalhadores manuais ou de nível médio (70%), enquanto que o centro predomina entre os empresários e funcionários públicos. A explicitação dos conteúdos associados à escala direita-esquerda produz, nas três questões selecionadas, resultados diferentes do que se poderia esperar a partir de autodefinição ideológica dos deputados. "Liberais" e "sociais-democratas" (as duas categorias contrárias ao predomínio do Estado na economia) são quase 8000 dos deputados, enquanto que as categorias "centristas" dominam, com quase dois terços, nas outras duas questões ("capital estrangeiro restrito a alguns setores" e "reforma agrária só em terras não produtivas"). O último passo é o cruzamento das respostas a essas três questões com a autodefinição ideológica, dos deputados. Os resultados vão na direção esperada, mas estão longe de apresentar alta correlação. A análise se detém antes de aprofundar certas questões que aparecem nesta "baixa correlação". Destaco duas. Em primeiro lugar, é possível que as questões escolhidas, particularmente aquela relativa à intervenção do Estado na economia, não se deixem expressar pela escala direita-esquerda, o que indicaria o caminho de retomar os estudos teóricos e empíricos sobre essa construção analítica. Por outro lado, teria sido interessante analisar a dimensionalidade desse espaço ideológico, o que poderia ter sido feito pelo cruzamento entre as respostas às questões sobre a intervenção do do Estado, o capital estrangeiro e a reforma agrária. Isso nos permitiria compreender melhor essa relação específica, ajudando-nos, ao mesmo tempo, a ter uma idéia aproximada da dificuldade de formar coalizões em torno da aprovação da nova Constituição.

Política e Ideologia

A análise política perpassa o livro inteiro, e o conceito de "política" assume pelo menos dois sentidos diferentes. Num primeiro sentido, a análise política aparece no primeiro capítulo, explicitamente nas projeções sobre o modelo brasileiro e, implicitamente, na discussão sobre a composição regional das bancadas partidárias. Por ter optado por manter-se colado aos dados, aliás, LMR não tira todas as conseqüências que poderia da "nordestinidade" do PFL, ou de seu correspondente, a "sudestidade" dos partidos menores.

Num segundo sentido, a expressão "política" retorna no último capítulo, como qualificativo da autodefinição dos deputados, a que intencionalmente me referi como "ideológica". A relativa indistinção entre os termos "político" e "ideológico", que, de resto, não é exclusiva do livro de LMR, está na base de muitos estudos sobre o tema que tomam como ponto de partida a análise de respostas a questionários.

Parte do problema certamente está na metodologia que, baseando-se em perguntas e respostas, tem dificuldade em apanhar a substância do "político", que é processual e comportamental, mais que discursiva. Nos termos da análise de LMR, as posições declaradas pelos deputados fazem parte, provavelmente, de seus sistemas de valores e idéias, de sua "ideologia", enfim. A "política", porém, só terá lugar quando as posições relativas a certas questões começarem a ser transacionadas a partir do valor relativo de cada uma delas para cada deputado e/ou partido envolvido. A discussão não cabe nos limites deste comentário, mas esses pontos talvez mereçam ser anotados para uma agenda futura.

Crisis and Change in the Internacional Sugar Economy, 1860-1914

de Bill Albert e Adrian Graves (Organizadores) Norwich e Edinburgh, ISC Press, 1984. por Tamás Szmrecsányi

A inegável importância histórica e sócio-econômica da agroindústria açucareira faz com que constantemente ressurgja no âmbito acadêmico o interesse pelo estudo de seu desenvolvimento. Disso tem resultado uma contínua ampliação e diversificação da literatura disponível sobre esse conjunto de atividades produtivas. Muitas dessas publicações valem menos do que o papel em que são impressas, pouco ou nada acrescentando ao que já se conhece sobre o assunto. Mesmo elas, entretanto, não conseguem impedir que o subsetor continue a figurar, por muito tempo ainda, no centro das reflexões teóricas e políticas de todos aqueles que se interessam pelos problemas agroindustriais. E isto ocorre porque, ao lado de fatores puramente episódicos e conjunturais, existem razões de maior peso e de caráter estrutural que fazem da agroindústria açucareira um objeto de estudo privilegiado das ciências sociais. Essas razões são basicamente as seguintes:

1. O açúcar é uma das mais antigas mercadorias do comércio internacional, já tendo figurado inclusive entre as anais valiosas; embora com base em matérias-primas diversas (a cana e a beterraba e, mais recentemente, o milho e outros sucedâneos, como a *Stevia rebaudiana*), ele vem sendo produzido em praticamente todos os países: seu consumo verdadeiramente universal continua dando origem até hoje a grandes fluxos de exportações e importações, bem como a diversos tipos de acordos internacionais, sem esquecer os investimentos estrangeiros em plantações e em unidades de

transformação industrial.

2. Sua produção, assim como a dos demais derivados da cana ou da beterraba (e dos demais sucedâneos), envolve relações extremamente íntimas entre a agricultura e a indústria, com reflexos imediatos e profundos da tecnologia adotada sobre os processos de trabalho vigentes numa e na outra, e sobre as relações sociais de produção em que ambas se baseiam; na verdade, é difícil encontrar um campo mais favorável para a análise da formação e das transformações do chamado complexo agroindustrial, ou para a análise do processo de industrialização da agricultura.

3. A agroindústria açucareira abrange um conjunto de atividades no qual, praticamente desde o começo, sempre houve uma intensa e contínua intervenção do Estado - seja por meio da política econômica governamental, seja através da implantação e manutenção da necessária infra-estrutura física e de serviços; essa atuação do Estado tem se dado tanto ao nível da circulação dos produtos, como no que diz respeito à própria produção, passando pela distribuição da renda e pela mediação dos conflitos entre os diversos agentes envolvidos na mesma — uma mediação que, evidentemente, nunca foi neutra, quase sempre estando viesada a favor dos detentores dos meios de produção.

As três razões que acabam de ser arroladas são encontráveis, individualmente ou em conjunto, nos vinte ensaios que integram esta coletânea de trabalhos apresentados em 1982 numa conferência internacional realizada em Edinburgo sobre as transformações da agroindústria açucareira no período que vai de meados do século passado ao início da Primeira Guerra Mundial. Este período representou a fase de formação do atual mercado mundial do açúcar (e de outras *commodities*). As transformações que nele se deram afetaram todos os países produtores e abrangeram tanto o âmbito da comercialização como o processo produtivo em si.

Este foi o período em que houve, em primeiro lugar, a grande expansão da produção açucareira baseada na beterraba, até o ponto de a mesma passar a competir em pé de igualdade no mercado internacional com a produção de açúcar a partir da cana. A crescente concorrência entre ambas provocou uma derrubada dos preços do açúcar e um sensível aumento do seu consumo em âmbito mundial. Essas alterações foram acompanhadas, de um lado, pelas transformações técnicas da produção açucareira — que evoluiu da pequena manufatura semimecanizada para a grande indústria moderna de nossos dias, baseada em processos químicos e dotada de crescentes economias de escala. Do outro, elas coincidiram com a substituição do regime de trabalho escravo e de outras formas servis de emprego no campo por relações de trabalho cada vez mais capitalistas. Além de provocar e acelerar a crise e os reajustamentos das antigas economias coloniais e periféricas, todas essas mudanças acabaram dando origem a novas estruturas de produção e de circulação do açúcar, das suas matérias-primas, e dos seus subprodutos (como a aguardente e o álcool).

A periodização constante do título da coletânea não foi rigorosamente respeitada por todos os ensaios. Embora apenas três trabalhos tenham-se estendido além de 1914, nada menos do que doze abrangem épocas anteriores a 1860. No que se refere à nacionalidade dos seus autores, a Grã-Bretanha e os EUA (incluindo-se nestes o Havaí e Porto Rico) comparecem com sete trabalhos cada um, a França com dois, e a Austrália, o México e Trinidad-Tobago, com um ensaio cada. Afora uma introdução geral dos organizadores e o segundo trabalho, sobre a "diplomacia do açúcar" durante o período, da autoria do professor francês Ph. G. Chslmin, todas as contribuições são estudos de caso do desenvolvimento das agroindústrias açucareiras de determinados países. Três desses estudos dizem respeito a produtores europeus de açúcar de beterraba, e os demais a regiões canavieiras das Américas (dez trabalhos), da África (três) e da Oceania (dois). Não foram apresentados ensaios sobre produtores asiáticos, apesar de evidente importância de países canavieiros como a Índia e a Indonésia, naquela época ainda colônias da Inglaterra e da Holanda respectivamente. Ao mesmo tempo, com relação aos países produtores das Américas, pode-se constatar um certo excesso de trabalhos sobre as Antilhas (cinco e meio) e sobre o Peru (dois), enquanto que o Brasil comparece apenas em meio trabalho, elaborado pela historiadora norte-americana Roberta M. Delson. O trabalho desta, provavelmente por se referir a duas regiões produtoras — o Brasil e as Antilhas Britânicas — é um dos maiores em extensão. Mas é de interesse apenas relativo, tendo em vista a brevidade do período que ela analisa, de 1840 a 1860, bem como o caráter um tanto limitado de seu enfoque. Muito mais estimulantes, em termos empíricos e teóricos, além do já citado ensaio de Philippe Chalmin, são os trabalhos do australiano John Perkins, sobre a economia política de beterraba no Império Alemão; do francês Christian Schnakenbourg, sobre a revolução industrial na economia açucareira do Caribe, entre 1840 e 1905; da historiadora norte-americana Donna J. Guy, sobre a formação da indústria do açúcar da Argentina; do seu colega mexicano Arturo Warman, sobre a expansão do capitalismo agrário na província de Morelos, entre 1880 e 1910; de Bill Albert, sobre as mudanças de composição da força de trabalho das plantações de cana, do Peru, entre 1820 e 1930; e de Adrian Graves, sobre as transformações da agroindústria canavieira da província de Queensland, na Austrália entre 1862 e 1906.

O primeiro desses ensaios fornece um retrospecto das condições políticas e econômicas e das negociações diplomáticas que levaram ao estabelecimento do que viria a tornar-se o primeiro acordo internacional sobre comercialização de produtos primários. Trata-se do Convênio de Bruxelas, firmado em 1902 por dez governos

européus e mais o Peru, instituindo tarifas aduaneiras preferenciais para o açúcar produzido pelos países signatários, desde que o mesmo não fosse por eles subsidiado. Esse acordo, além de promover uma homogeneização dos preços do açúcar de beterraba nos países exportadores e importadores, acabou sendo um fator decisivo para a recuperação das economias produtoras de açúcar de cana, as quais voltaram a partir daí a ter uma participação crescente no mercado mundial do produto. Cinco anos mais tarde, o referido, convênio foi renovado, com a adesão do Império Russo, já então um grande produtor e exportador de açúcar de beterraba. Em 1912, o acordo foi novamente prorrogado, embora com a desistência da Grã-Bretanha, mas a sua execução acabou sendo obstaculizada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. E esta acabaria consolidando a definitiva reversão da tendência ascensional da beterraba açucareira.

Em 1840, esta respondia por apenas 8% da produção mundial de açúcar; no final do século XIX sua participação ascendeu a nada menos que 65%, tornando auto-suficientes a maioria dos países europeus, e passando a competir com o açúcar de cana no abastecimento dos demais mercados consumidores. Essa rápida expansão da beterraba foi determinada em boa parte pela inundação dos mercados europeus pelos cereais e outros produtos agropecuários de baixo custo provenientes do Novo Mundo, especialmente dos EUA.. Ela acabou sendo de fundamental importância para manter em atividade milhões de camponeses europeus, e dificilmente teria sido possível sem a decisiva intervenção dos governos de vários países do Velho Continente.

Dentre os governos intervencionistas destacou-se, desde o início, o do Império Alemão, sob a liderança dos *junkers* prussianos. Estes não apenas souberam fazer valer os seus interesses de grandes produtores rurais no âmbito governamental, como logo se associaram a uma indústria processadora de grande dinamismo, da tecnologia mais avançada na época e logo centralizada, sob a forma de cartéis. A associação de grandes agricultores modernizantes com a emergente indústria química alemã não tardou a mostrar sua eficiência, a ponto do açúcar ter-se tornado o principal produto de exportação da Alemanha por volta de 1890, e daquele país chegar a transformar-se — embora por curto espaço de tempo - no maior exportador mundial do produto. Nunca é demais ressaltar que isto só foi possível graças à intervenção do Estado alemão, o qual forneceu à indústria açucareira não somente os indispensáveis estímulos fiscais e financeiros, mas também a plena cobertura legal de suas atividades no plano da comercialização e no mercado de trabalho. Tanto a cartelização do setor como a crescente arregimentação de trabalhadores agrícolas sazonais, muitos deles procedentes da Polônia, foram amparados pelo governo imperial. E o segundo desses processos logo chamou a atenção de vários estudiosos da questão agrária, dando origem aos primeiros trabalhos sociológicos, de Max Weber.

O desafio colocado pelos produtores do açúcar de beterraba não ficou sem resposta da parte dos produtores do açúcar de cana. Essa resposta, contudo, não foi imediata e implicou em grandes transformações na estrutura interna da agroindústria canavieira, as quais se materializaram através de uma crescente e concentração e centralização dos seus meios de produção. O modo pelo qual isto se deu no Caribe constitui o objeto de análise do ensaio de Christin Schnakenbourg, que mostra como as antigas plantações e os engenhos tradicionais, em sua maior parte baseados no trabalho escravo e numa tecnologia relativamente simples, foram sendo eliminados e substituídos por engenhos centrais de cunho industrial, processadores das canas produzidas por numerosos pequenos plantadores apenas formalmente autônomos, ou por grandes e modernas usinas acopladas ao monopólio latifundiário da propriedade da terra.

Essas transformações foram precedidas e/ou acompanhadas pela crise do sistema de produção anterior, uma crise determinada, de um lado, pela abolição da escravatura e, do outro, pela crescente concorrência no mercado internacional — não apenas por parte dos produtores do açúcar de beterraba, mas também devido à expansão da agroindústria canavieira em outras regiões do mundo, como as ilhas Maurício e as Índias Orientais. Em vários casos, elas coincidiram - ou só se tornaram viáveis — através de uma crescente penetração no setor de capitais industriais e financeiros procedentes da Grã-Bretanha, da França e dos EUA, e através da introdução de trabalhadores semilivres da Europa (espanhóis principalmente) e da Ásia (indianos e chineses). O grau de modernização tecnológica variou em cada caso de acordo com a disponibilidade local de mão-de-obra. Sempre que esta era abundante, as novas técnicas eram adotadas somente no processamento industrial, apenas redundando no campo em maiores escalas de produção e em salários menores. O processo de centralização dos capitais é da propriedade fundiária atingiu o seu auge no Caribe em princípios do século XX, com a fusão e/ou o *takeover* das usinas e dos engenhos centrais então existentes por empresas de maior porte, quase sempre , dominadas pelo capital estrangeiro. Foi o que aconteceu, em Cuba, por exemplo, onde 62% das terras cultivadas com cana em 1910 pertenciam a um pequeno número de grandes corporações sediadas nos EUA..

Um processo bem diverso ocorreu na província argentina de Tucumán, onde a agroindústria canavieira começou a ser implantada a partir da segunda metade do século XIX, inicialmente apenas para atender a um crescente mercado interno engendrado pela expansão da economia agroexportadora de cereais e de carne, e mais tarde também procurando colocar os seus excedentes no então já saturado mercado mundial. Para isso foram cruciais não apenas a

ligação ferroviária entre aquela região açucareira e Buenos Aires, mas também — e talvez principalmente — o apoio do governo argentino ao setor, obtido através de políticos (inclusive presidentes da República) oriundos de Tucumán, e por meio de uma ativa e "bem lubrificada" advocacia administrativa de seus usineiros junto aos parlamentares e às autoridades fazendárias do país. O relato de Donna Guy é muito ilustrativo quanto à capacidade de atuação da burguesia agrária de uma área periférica do capitalismo, a qual, no entanto, nada tinha de subdesenvolvida na época. Além de conseguir vender um açúcar produzido a custos mais elevados do que os preços então vigentes no mercado mundial, aquela burguesia conseguiu realizar a façanha nada desprezível de canalizar um amplo proletariado agrícola de diversas origens para uma região relativamente isolada e pouco povoada.

Análoga competência iria ser revelada pela burguesia do atual Estado de Morelos, que foi a principal região açucareira do México antes de 1914. Essa região, ao contrário de Tucumán, era bastante povoada. Habitavam-na em fins do século XIX milhares de pequenos agricultores de subsistência, índios e mestiços, todos os quais foram sendo obrigados a se empregar sazonalmente na agroindústria canavieira — quer para complementar seus parques rendimentos, quer por terem sido expulsos pelos latifundiários das terras que cultivavam havia tempos imemoriais. No início do século XX, metade do território de Morelos pertencia a apenas 17 grandes proprietários, e estes só mantinham uma pequena parcela de suas terras cultivadas com cana; o resto chegava a ser deixado incultivado apenas para garantir a farta disponibilidade de mão-de-obra. A existência desta em grandes quantidades contribuía não apenas para rebaixar o nível dos salários — e, portanto, dos custos de produção — como também para tornar menos premente a modernização tecnológica, do processo produtivo, a qual, aliás, não era necessária, devido ao fato da totalidade do açúcar daquela região se destinar ao mercado interno mexicano.

Devido a isso, a modernização tecnológica só se fez presente tardiamente em Morelos. Mas, uma vez iniciada, ela foi muito rápida, logo gerando amplas e profundas conseqüências. Tanto nas usinas como no campo, a escala de produção foi ampliada consideravelmente. No segmento industrial, a modernização deslocou os antigos operários especializados e permanentes, que até então haviam exercido um certo controle técnico sobre o processo produtivo, reduzindo por outro lado as necessidades de trabalhadores temporários, cujas tarefas não-qualificadas passaram a ser exercidas por máquinas de capacidade e automatismo crescentes. Isso contribuía para reduzir os custos e, conseqüentemente, para aumentar os lucros da produção.

As maiores modificações, no entanto, foram as que ocorreram no campo, menos com relação às técnicas de produção e no processo de trabalho, do que no que se refere ao uso do solo e, principalmente, da água cuja limitada disponibilidade foi sendo toda apropriada pelas usinas para a irrigação dos canaviais. Graças a isso, o emprego agrícola pôde crescer consideravelmente sem qualquer reflexo proporcional na remuneração do trabalho e nos custos de produção. A região de Morelos, que antes tivera uma agricultura bastante diversificada e repartida em numerosas pequenas propriedades, tornou-se rapidamente monocultura e latifundiária. Todos os camponeses tiveram de entregar suas terras e/ou seu trabalho para o exclusivo benefício de uns poucos. Não foi, portanto, por acaso que se originaram de Morelos os maiores contingentes do exército revolucionário de Emiliano Zapata.

Embora sem chegar a gerar o mesmo tipo de efeitos, as condições de vida e de trabalho vigentes na agroindústria açucareira dos vales o litoral norte do Peru eram ainda mais opressivas que as de Morelos.

Até 1854 vigorou ali a escravidão e africanos, seguida quase que imediatamente pelo engajamento em massa do trabalho semiforçado dos *coolies* chineses. Essa modalidade de servidão, mantida pelo uso da força física e do ópio, só não chegou a perdurar devido à derrota do Peru a Guerra do Pacífico e a sua ocupação por tropas chilenas em 1879. Outro fator que contribuiu para seu término foi a pressão exercida pelos governos da China e, principalmente, da Inglaterra sobre os governantes portugueses de Macau para estes pusessem fim ao tráfico daquele tipo de trabalhadores. Devido a isso, os latifundiários e, usineiros da costa peruana fizeram no final do século passado, experiências mal-sucedidas do engajamento de imigrantes japoneses e de outras procedências, até se fixarem finalmente no chamado *enganche* - ou seja, na arregimentação sazonal de trabalhadores temporários radicados na região das serras.

Esse último sistema só se tornou viável com a crise agrária provocada pela crescente fragmentação dos minifúndios de subsistência daquela região, e pela mudança de relacionamento do seu campesinato com os grandes proprietários serranos.

A referida crise iria redundar, mais cedo ou mais tarde, na, completa proletarização desses pequenos produtores — algo que só acabou não ocorrendo devido à intervenção dos grandes produtores de açúcar do litoral, que, paradoxalmente, contribuíram para frear e retardar o processo. Dessa forma -como realça Bill Albert - embora o *enganche* fosse um instrumento de arregimentação de mão-de-obra essencialmente capitalista, ele criou as condições para prolongar, nas serras, a vigência de relações de produção pré-capitalistas. Ao mesmo tempo, é indubitável que ele serviu — e muito — para implantar e aprofundar, no litoral, a vigência de relações de produção puramente

capitalistas. O caráter multiforme, mas sempre convergente, dessas relações pode ser bem observado na evolução da agroindústria canavieira da província australiana de Queensland, hoje em dia a mais moderna e mais eficiente produtora de açúcar de cana do mundo. No início, aquela agroindústria girava em torno de algumas grandes plantações, cada qual dotada, de sua própria usina processadora.

Um de seus maiores problemas residia na obtenção na manutenção da mão-de-obra, a qual tinha de ser arregimentada - por meios nem sempre pacíficos — em longínquas ilhas do Pacífico, ou então importada de outros continentes. O crescente custo dessa força-de-trabalho, acoplado ao declínio dos preços do açúcar no mercado internacional fez com que essa agroindústria não tardasse a entrar numa crise profunda, algo que ocorreu em meados da década de 1880.

Isso, na verdade, não chegava a ser algo novo e diferente entre os produtores do açúcar de cana; a originalidade do caso australiano está nos meios que foram encontrados para superar a crise; já no decorrer da década seguinte. Tais meios - conforme assinala Adrian Graves - envolveram um lado crescente fracionamento da propriedade fundiária em pequenos e médios estabelecimentos produtores de cana, e, do outro, a constituição de modernos e grandes engenhos — centrais, cujos acionistas majoritários eram os próprios fornecedores de cana. Essa dupla porém singela solução só se tornou possível devido à participação ativa do governo de Queensland, o qual na época tinha passado às mãos de representantes dos referidos fornecedores. Através dela pôde-se garantir não apenas a sobrevivência e o progresso da agroindústria canavieira australiana, mas também o próprio desenvolvimento do capitalismo naquele país.

Os trabalhos que acabam de ser comentados representam o que há de mais interessante na coletânea do ponto de vista de um leitor brasileiro. Os demais ensaios, todavia, não chegam a ser desinteressantes, e tampouco são desprovidos de qualidades. O livro como um todo, na verdade, constitui uma importante obra de referência para pesquisadores de diversos campos das ciências sociais. A riqueza do seu conteúdo serve para comprovar, uma vez mais, que a análise histórica é um procedimento fundamental e insubstituível em qualquer investigação científica conseqüente.

Tecnologia e Trabalho Industrial

de Ruy de Quadros Carvalho, LPM Editores, Porto Alegre, 1987

por Jorge Ruben Biton Tapia (Professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica – UNICAMP)

Nos últimos anos tem crescido o interesse dos cientistas sociais sobre a questão das implicações da introdução das novas tecnologias de base microeletrônica, no processo produtivo. Apesar disso, o número de estudos existentes sobre o caso brasileiro é ainda bastante reduzido. Expressando de certa maneira o caráter recente deste tema, há freqüentemente afirmações apressadas e projeções precipitadas, seja no sentido de uma visão apocalíptica dos impactos da automação, seja exprimindo uma visão redentora do homem graças ao suposto caráter liberador das novas tecnologias.

Assim, a discussão e o conhecimento real de como a automação está ocorrendo, quais as suas repercussões sobre o mundo do trabalho, são, ainda, incipientes. Além disso, o caráter novo dos processos no Brasil e o conteúdo sócio-econômico de crise dificultam a percepção dos aspectos específicos ligados às novas tecnologias de base microeletrônica

Precisamente, levando em consideração as dificuldades expostas acima o trabalho de Ruy Quadros é uma importante contribuição ao debate sobre a questão dos impactos da automação sobre o processo de trabalho. Uma primeira virtude deste trabalho, defendido originalmente como dissertação de mestrado em Ciência Política, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, é a seriedade e a cautela como aborda o tema. Ruy Quadros examina no seu livro as implicações da atual onda de inovações de base microeletrônica para a utilização e controle da força de trabalho.

O autor divide o estudo em duas grandes partes. Na primeira, trata da relação tecnologia e utilização do trabalho industrial no Brasil fazendo um balanço das tendências verificadas na última década. Na segunda parte, o autor faz um estudo sobre as implicações da automação microeletrônica para o uso e controle da força de trabalho, a partir do estudo e caso de duas montadoras e automóveis.

A hipótese geral do trabalho é que a utilização das novas tecnologias de base microeletrônica são condicionadas socialmente, ou seja, ela é o resultado da interação de fatores econômicos, sociais, políticos e tecnológicos. Partindo desta formulação geral, o autor desenvolve uma argumentação cuidadosa e convincente sobre a interação dos diversos fatores. Ao longo da primeira parte, o trabalho resgata a forma de utilização e controle sobre a força, de trabalho, bem como a mudança deste padrão associada à crise econômica e ascensão do movimento sindical

que deu origem a um novo padrão de utilização e controle da força de trabalho. Na segunda, examina detidamente as características do novo padrão tecnológico e da gestão da força de trabalho, na qual o autor vai desvendando as articulações entre processos sociais e políticos gerais e as mudanças no processo de trabalho.

Uma das principais contribuições do livro de Ruy Quadros é a qualificação do presente estágio do processo de automação da indústria brasileira. Segundo o autor, o atual quadro do processo de automação industrial apresenta características de um estágio de transição. Justamente, o exame da automação em curso na indústria automobilística aponta para a convivência de um "mix" de características velhas e novas, que no conjunto configuram um padrão de transição. Por exemplo, num certo sentido, a automação de determinadas etapas do processo produtivo levou a um reforço do tradicional sistema fordista, ao mesmo tempo, este mesmo processo de inovação tem induzido a uma série de mudanças na gestão da força de trabalho. Comparando o padrão e uso e controle da força de trabalho vigente nos anos setenta e na primeira metade dos oitenta, o estudo mostra como se verificou uma mudança importante na orientação seguida pelas empresas. Enquanto na década passada, seguindo o figurino da época, as montadoras lançaram mão de mecanismos como alta rotatividade de trabalhadores, pagamento de baixos salários e superexploração através da intensificação do trabalho; nos anos oitenta, diante da crise econômica que reduziu o mercado interno e os subsídios governamentais às exportações, e a crise do regime militar que ampliou o espaço de organização e reivindicação sindical, as montadoras decidiram adotar uma estratégia de diversificação das exportações. Esta opção pela conquista do mercado externo levou a uma reorientação no sentido da busca de níveis de qualidade e uma estrutura de custos compatíveis com o desafio de competir no mercado internacional. É neste esforço exportador das montadoras que ocorre a onda de automação do setor. A introdução de tecnologias de base microeletrônica foi um elemento essencial na tentativa de adequar os carros fabricados no país a um padrão de qualidade exigido pelo mercado internacional. No entanto, como mostra o estudo, a difusão dos equipamentos não foi maciça.

Obedeceu, antes, a uma estratégia que o autor denomina de "seletiva", orientada para as etapas do processo produtivo ligadas mais diretamente à qualidade dos produtos e ao escoamento do fluxo de produção.

Partindo de uma comparação com experiências de automação maduras, por exemplo, (Estados Unidos), o autor sublinha algumas características novas com relação ao uso e controle da força de trabalho que parecem apontar tendências futuras próximas às já encontradas hoje no capitalismo avançado.

Com relação ao impacto sobre o volume de empregos, ao contrário do que apontam alguns estudos internacionais que mostram perdas setoriais resultantes do processo de automação, o caso brasileiro não indica, perda de emprego em razão da introdução das tecnologias de base microeletrônica. No entanto, Ruy Quadros adverte que algumas tendências que já se manifestam são inquietantes e não podem ser subestimadas.

Neste sentido, indica que nas empresas onde o ritmo de difusão é maior, o emprego vem crescendo desde o período de recuperação, a taxas menores do que a produção, que para o autor pode ser considerado como sendo uma forma de desemprego tecnológico. Há uma perda de dinamismo na expansão do emprego nas empresas onde a automação avançou mais. Por isso, diz, "à medida que projetos integrados de automação como os encontrados nas áreas de soldagem das montadoras pesquisadas, se difundam para um número maior de empresas e se diversifiquem no sentido de atingir outras etapas produtivas, a tendência à diminuição da capacidade de geração de novos empregos poderá se tornar predominante no setor" (p. 220).

Quanto aos impactos da automação sobre a composição a força de trabalho, há uma certa semelhança entre as tendências já identificadas a nível internacional e no caso brasileiro. Em ambos os casos, encontramos um crescimento da parcela de trabalhadores qualificados e uma diminuição em termos relativos dos trabalhadores desqualificados.

Um exemplo disto é o crescimento da parte manutenção. A utilização de sistemas integrados demais uma força de trabalho mais qualificada, capaz de lidar com equipamentos altamente sofisticados, caros e frágeis.

A introdução das novas tecnologias acarreta também mudanças no processo de trabalho, como, por exemplo, o trabalhador deixa de ter um contato direto com o produto e passa a desempenhar funções de supervisão das atividades realizadas pela máquina; há um crescimento das atividades de manutenção, programação, etc; há uma acumulação de tarefas (polivalência) e uma relativa liberdade para que ele possa tomar decisões. Ainda, em relação a questão da qualificação da força de trabalho o estudo mostra como a polarização entre postos novos qualificados e postos antigos desqualificados tende a demandar um grau de escolaridade maior e uma nova visão do trabalho onde o princípio da responsabilidade e uma visão sistêmica são necessárias para o desempenho de atividades como a inspeção de qualidade de peças nas novas linhas automatizadas.

A conclusão do livro é que está em curso um processo de mudança no uso e controle da força de trabalho, a partir da introdução das tecnologias de base microeletrônica, cujas características principais são mudanças no perfil das qualificações, um aumento no grau de escolaridade, novas políticas de gestão da força de trabalho, novas políticas de recursos humanos, e a busca do desenvolvimento de um espírito de responsabilidade no trabalho coletivo.

Entretanto, este novo padrão está longe de ser algo isento de ambigüidades e de tendências contraditórias. Este é outro mérito do livro, fugir à tentação de encobrir problemas concretos com imagens estilizadas.

Trilhando o difícil caminho de tentar apanhar as nuances de um processo ainda emergente, o autor aponta para as possibilidades abertas pelo avanço da automação industrial.

O autor sublinha a convivência de tendências contraditórias no novo padrão de uso e controle da força de trabalho. De um lado, há um. Aparente reforço do controle capitalista sobre o processo de trabalho graças à possibilidade de centralizar as decisões propiciadas pela automação. Ao mesmo tempo, a necessidade de cultivar o espírito de responsabilidade nos trabalhadores tende a atenuar focos de conflito ligados à questão da disciplina nos locais de trabalho. O resultado é uma forma mais sutil de controle sobre os trabalhadores, porém há também um maior espaço de organização dos mesmos nos locais de trabalho, graças à necessidade de envolvê-los no esforço de qualidade das empresas. De outro lado, os novos equipamentos são caros, integrados e frágeis, o que acaba criando um novo tipo de dependência em relação aos trabalhadores. O melhor exemplo é o papel crescente dos trabalhadores de manutenção, que passam a ser peças-chave no novo padrão. A manutenção, torna-se cada vez mais uma atividade de antecipação de erros e de problemas, demandando experiência e um alto envolvimento do trabalho com um forte sentimento de responsabilidade.

O futuro se projeta a partir deste quadro de tendências como dependente de três fatores. O primeiro é a velocidade de difusão das novas tecnologias de base microeletrônica, a qual será condicionada pela capacidade de produção interna destes equipamentos. Dependerá também do desempenho da economia brasileira nos próximos anos, ou seja, da possibilidade de um crescimento econômico sustentado. Finalmente, dependerá também de como os principais atores sociais vierem a agir. De um lado, resultará da postura dos empresários frente à questão dos impactos sociais da automação; de outro, da capacidade de reação dos sindicatos e dos trabalhadores visando incluir as novas questões colocadas pelo processo de automação na pauta de negociações sobre, as relações de trabalho.

Na verdade, o livro de Ruy Quadros nos convida para uma reflexão mais ampla sobre os caminhos do processo de informatização da sociedade brasileira. É preciso ampliar o horizonte do debate brasileiro sobre os impactos prováveis da nova onda tecnológica. Não basta enfatizar a necessidade de autonomia tecnológica nos setores de ponta, indiscutivelmente essencial, ela é insuficiente para dar conta do espectro de mudanças em curso. Afinal, também se pode perder o bonde da história tomando-o em direção contrária àquela que desejaríamos. Uma das lições do trabalho de Ruy Quadros é que a tecnologia condiciona, mas não determina o padrão e uso da força de trabalho. A última *ratio* quanto às implicações das novas tecnologias é dada pelas opções sociais. Estamos todos convocados para uma reflexão ampla sobre o processo de informatização da sociedade brasileira. Uma primeira providência é colocar as questões substantivas do ponto de vista sociológico: informatizar para quê? para quem? Neste sentido o livro *Tecnologia e Trabalho Industrial* é certamente um bom começo.

O Averso da Moda

de Alice Rangel de Paiva Abreu -São Paulo, Hucitec, 1986

por Leda Gitahy e Malu Gitahy

Este livro nos convida a um percurso inusitado: tomar os intrincados caminhos que levam do discreto charme das butikues da moda aos subúrbios poeirentos onde mulheres anônimas carregam pesadas sacolas, muitas vezes seguidas por crianças apanhadas na casa de uma amiga ou parente. As costureiras externas, que executam trabalho a domicílio na indústria de confecção, esperaram muito tempo por um estudo que tirasse da penumbra sua vivência silenciosa no mundo do trabalho.

Não por acaso, o tema é daqueles em que as dificuldades teóricas sobrepõem de longe as dificuldades de pesquisa e em que a decifração da experiência cotidiana requer articulação de diferentes níveis de análise.

Na intersecção de perspectivas analíticas díspares, cada qual remetendo a um debate particular, o tema escolhido impõe um acerto de contas, com cada uma delas. A segurança com que Alice Abreu o faz, percorrendo uma ampla produção internacional das áreas de Ciências Sociais, Economia e História sem e deter ante fronteiras acadêmicas, é uma das contribuições essenciais do livro. De fato, não deixa de ser inspiradora a maneira com que a autora transforma estes múltiplos enfoques em um solo teórico fértil para sua criação.

Já na introdução, a autora coloca seu trabalho na trilha das análises do trabalho feminino no Brasil. Os trabalhos desta vertente ressaltam a importância da inserção da mulher em ocupações que, embora estejam subordinadas ao sistema capitalista, não se apresentam organizadas em moldes empresariais. É o caso do chamado "setor informal" compreendendo "serviço doméstico remunerado", "produção simples de mercadorias", "produção artesanal", "serviços pessoais" e diversas outras atividades. Certos autores têm enfatizado inclusive que o desenvolvimento capitalista

multiplica atividades de produção de bens e serviços cujos clientes não são consumidores, mas empresas.

Apesar das indicações sobre o elevado número de mulheres, e de mulheres casadas, nestas ocupações faltam análises detalhadas sobre as suas condições de emprego ou sobre as razões específicas da sua concentração nestes setores. É aqui que a necessidade, apontada pela história da mulher, de compreender produção e reprodução como duas faces da mesma moeda mostra sua força. E de fato, a história da mulher fornece uma das linhas mestras com que Alice tece a ampla rede de indagações que lhe permite tornar tão sugestivo o estudo de um corpo empírico relativamente restrito (40 entrevistas).

Outra linha, não menos importante, na sua elaboração teórica, é a volta ao referencial histórico clássico do trabalho industrial a domicílio que tem suas raízes nos trabalhos de Marx e Engels e que é retomada com rigor e densidade excepcionais pela tradição historiográfica anglo-saxônica, passando por Hobsbawn, Thompson, Raphael Samuel, o grupo da *History Workshop* e pelos historiadores franceses que exploram o mesmo veio teórico, incluindo Madeleine Guilbert e Vivianne Isambert-Jamati. Toda a primeira parte de *O Avesso da Moda* é dedicada a esta reflexão histórica.

Como lembra a autora, o trabalho industrial a domicílio tem suas raízes na economia doméstica que emerge nos séculos XVI e XVII, na qual a família era uma unidade produtiva. Marido, mulher e filhos trabalhavam juntos produzindo artigos para o consumo doméstico eventualmente para comercialização, resguardando ainda uma precária independência econômica. É claro que este tipo de indústria domiciliar pressupunha a existência tanto da economia camponesa quanto ao artesanato urbano. O final do século XVIII e a primeira metade do século XIX assistem a uma das mais radicais transformações da história da humanidade "a concentração de capital, homens e máquinas em fábricas, resultando na quase universalização do sistema fabril e na instauração do capitalismo como sistema dominante" (p. 38). Ao invés de focar o emergente proletariado fabril, Alice Abreu examina as conseqüências da expansão capitalista nos setores em que sua introdução foi mais lenta.

Como aponta Hobsbawn, uma ampla gama de atividades continuou a operar com métodos tradicionais, incorporando, para suprir a expansão da demanda, um novo tipo de trabalho domiciliar que ajudou a transformar mestres hábeis e organizados em trabalhadores mal remunerados, explorados ao lado de mulheres e crianças através do chamado *sweating system*. Esse processo, que foi lento e conflituoso, e que envolveu transformações sociais, econômicas, políticas e culturais foi cuidadosamente estudado por E. P. Thompson.

Numa análise rigorosa e inovadora, o historiador inglês aponta que por volta de 1840 ao lado dos trabalhadores externos (*outworkers*) tipicamente capitalistas, sempre lembrados nos estudos sobre a Revolução Industrial ('tecêdes - manuais; trabalhadores da indústria de pregos ou correntes, rendeiras, etc), existia ainda uma multidão de trabalhadores a domicílio que desempenhavam as partes "desonrosas" dos ofícios artesanais. E vai além: nesta data esse tipo de organização do trabalho era predominante e um número crescente de trabalhadores incorporava-se a ela. Longe de encarar estes trabalhadores como pertencentes a uma "velha ordem" pré-industrial enquanto as autênticas características da nova ordem capitalista só poderiam ser encontradas entre os operários fabris, o historiador coloca que: "A ideologia pode querer exaltar um e descartar o outro, mas os fatos devem nos levar a dizer que cada um era um componente complementar de um processo único. (...) De fato. Podemos dizer que o trabalho externo explorado foi tão intrínseco a esta revolução como a produção fabril e o vapor" (Thompson, p. 288-289, citado por Abreu, p. 52).

No final do século XIX, após a "segunda revolução industrial" mais fundamentadas no avanço científico (vide os novos ramos da indústria, o elétrico e o químico), nas indústrias de bens de capital, no carvão, no ferro e no aço, as estatísticas mostram que o número dos trabalhadores a domicílio cai. Os estudos de Guilbert e Isambert-Jamati mostram não só a precariedade das estatísticas disponíveis mas também o fenômeno da feminização do trabalho domiciliar, que se dá com a incorporação dos trabalhadores homens ao universo fabril. E aqui, de novo, as descobertas da história da mulher podem avançar alguns elementos de explicação. Paralelamente às mudanças no sistema de produção acima referidas, ocorre no século XIX uma profunda mudança da percepção social do papel da mulher. Esta "nova" visão da mulher, que se delineia mais claramente na era vitoriana, contribui para a feminização de certas tarefas e, especialmente do próprio trabalho a domicílio.

Antes da Revolução Industrial, a idéia de que a mulher deveria contribuir para o seu sustento era corriqueira, mesmo entre as classes mais abastadas onde muitas vezes os negócios da família ou as explorações agrícolas eram dirigidos por elas. Entre os artesãos especializados, a iniciação nos "mistérios" do ofício na qualidade de aprendiz era vedada às mulheres. No entanto, na qualidade de esposas dos artesãos elas obtinham um conhecimento especializado bastante extenso, tanto que viúvas de mestres não só mantinham o negócio do marido, como eram admitidas na corporação de ofício. Quanto às operárias, não foram incorporadas ao trabalho através da Revolução Industrial, como comumente se afirma, repetindo inconscientemente a versão dos contemporâneos. Antes as suas longas horas de trabalho ficavam ocultas no seio da unidade familiar. A Revolução Industrial tornou mais visível seu trabalho por

separar mais claramente casa e local de trabalho e também por remunerar a mulher com indivíduo e não dentro da unidade familiar.

Foi também com a concentração de renda advinda da Revolução Industrial, que uma classe de mulheres mais abastadas pode conferir ao trabalho um lugar menos central. Num plano ideal, a perfeita *Victorian lady* não trabalhava nem dentro nem fora da casa. Como isto era impossível para a grande maioria das mulheres, o ideal das trabalhadoras então passou a se manter-se no “interior de sua família, centrando toda sua vida em manter a casa limpa, as crianças disciplinadas e suas filhas castas. (...) A trabalhadora com seu próprio salário era, portanto, uma afronta contra a natureza e os instintos protetores dos homens”. (Vinicius, 1973 citada por Abreu, p. 64). Muita da indignação moral que moveu a campanha contra o *sweating system* no final do século passado liga-se a este matiz ideológico. E de fato, ecos desta concepção do papel da mulher chegam até nossos dias, sempre cumprindo uma função primordial no processo de feminização do trabalho a domicílio.

É só a partir do final da Primeira Guerra Mundial que o trabalho a domicílio perde sua importância relativa e torna-se virtualmente invisível para os observadores sociais. Nas estatísticas oficiais, seus efetivos se diluem em categorias mais amplas tais como “trabalhadores autônomos” ou “prestação de serviços” e os trabalhos sobre o tema tornam-se escassos. Ainda assim, Alice consegue através de uma cuidadosa revisão bibliográfica reconstituir na França, Inglaterra e Itália, apontando também para sua importância na análise atual do caso japonês. Os trabalhos analisados permitem à autora concluir que é inequívoca a persistência do trabalho industrial a domicílio em vários ramos da economia - indústria, metal-mecânicas, da madeira, têxtil, calçados entre outras - mesmo em sociedades avançadas sobressaindo entre eles o da indústria do vestuário.

Aqui vale a pena ressaltar a análise do caso italiano onde um número significativo de trabalhos publicados nos anos setenta trata de não apenas estimar a número real de trabalhadores a domicílio, como entender o processo que levou ao seu incremento substancial nas duas últimas décadas. Frey (1973) caracteriza esse processo como de “descentralização da atividade produtiva” com um aumento considerável do número de pequenas empresas sobretudo em alguns ramos da indústria manufatureira. É dentro desta problemática mais ampla que o trabalho a domicílio será analisado, o interior de um processo que envolve empresas produtoras de diferentes dimensões numa cadeia em que o elo final é representado pelo trabalhador a domicílio, em suas diferentes modalidades. O aumento do trabalho a domicílio, em proporções consideráveis na Itália da década de setenta estaria se constituindo numa característica estrutural da indústria italiana, refletindo a resposta generalizada do patronato à nova rigidez da força de trabalho, à crise dos critérios de produtividade nas grandes empresas manufatureiras e às conquistas do movimento operário, no sentido de aumentar a “flexibilidade” das empresas não só no que se refere à utilização da força de trabalho, como à redução dos custos de capital e de trabalho e à adaptação da produção à demanda.

A reconstituição da evolução histórica do trabalho a domicílio nos países europeus permite à autora concluir que, se bem que a utilização deste tipo de trabalho possa estar integrada a uma lógica eminentemente capitalista de maximização dos lucros, sua compreensão depende da articulação de fatores de natureza social e cultural. Portanto, fica implícita uma crítica às visões lineares do desenvolvimento do capitalismo, ou da “lógica do capital” que, no campo das ciências sociais contribuíram por um longo período para a “invisibilidade” de certos temas, entre os quais o do trabalho a domicílio. Alice percorre com lucidez esta literatura, recuperando os elementos que indicam não só a persistência do trabalho a domicílio mas a sua importância para a compreensão do desenvolvimento industrial latino-americano. Com ela, passamos pelo setor têxtil e de confecções na Argentina e no Brasil, pela indústria de calçados na Colômbia e Uruguai e pela indústria “maquiladora” no México, predominante na região fronteira com os Estados Unidos e que “aponta para a possibilidade de o processo de subcontratação e descentralização da atividade produtiva ser realizada mesmo entre países” (p. 83). O caso da indústria “maquiladora” mexicana onde se relacionam trabalho feminino a domicílio e um setor de ponta da indústria americana, a indústria eletrônica, é extremamente sugestivo no sentido de superar as limitações das visões dualistas do desenvolvimento latino-americano. Já “a persistência do trabalho industrial a domicílio na indústria de confecção está relacionada às características deste ramo industrial que favorecem a manutenção dessa forma de organização da produção ao lado da organização fabril propriamente dita” (p. 87). Essas características são: o reduzido impacto das inovações tecnológicas no setor como um todo; a existência de uma estrutura industrial altamente heterogênea muito influenciada pelo tipo de produto; a alta divisibilidade do processo de produção tanto do ponto de vista global como referente à organização do trabalho e finalmente, a importância fundamental da comercialização para o sucesso de um empreendimento no setor, especialmente porque a influência da moda diminui a vida comercial do produto. Para chegar a estas características, Alice Abreu analisa o desenvolvimento do setor em várias fases da industrialização e é com esses elementos que parte para a análise do caso brasileiro.

A inexistência de trabalhos sobre a evolução histórica do setor no Brasil, leva Alice a uma análise minuciosa do tema,

baseada nas estatísticas disponíveis, mostrando o substancial crescimento industrial do setor nas duas últimas décadas. Já a comparação entre os Censos Industriais e Demográficos permite à autora realizar uma tentativa de quantificação do emprego não industrial no setor. Essa análise permite à autora concluir que a indústria de confecções no Brasil envolve um emaranhado de situações que vão desde a grande empresa capitalista até o pequeno produtor independente, no que não se diferencia substancialmente das condições do mesmo ramo industrial em outros países. A única distinção seria "o peso que estes setores não-organizados ainda têm na produção do vestuário" (p. 123). Por outro lado, ainda é difícil encontrar inovações tecnológicas mais recentes nas grandes empresas e a produção continua centrada no binômio máquina de costura/operadora. É num setor bastante específico dentro da indústria do vestuário como um todo, o das pequenas confecções de roupa feminina de alta qualidade que se multiplicaram durante os anos setenta no Rio de Janeiro e São Paulo que se centrou a pesquisa de campo de Alice. Acompanhando a mudança dos hábitos de consumo da classe média alta que aderiu ao chamado *prêt-à-porter* proliferaram as boutiques e pequenas confecções onde Alice Abreu inicia a busca que a levará aos subúrbios do Rio de Janeiro.

É aqui que a influência de moda e do "gosto" de um setor das classes médias urbanas atinge o "seu paroxismo, forçando o lançamento de três coleções por ano e a renovação de modelos dentro de cada estação" (p. 128). Essa característica, associada ao sistema de distribuição, condiciona a própria estrutura da produção onde a flexibilidade é um elemento essencial e que inviabiliza uma organização industrial de maior porte. São portanto confecções relativamente pequenas, onde a extrema versatilidade na produção é obtida através de uma estrutura que centraliza na oficina interna a parte de criação, preparação (modelagem e corte) e vendas, mas onde o grosso da produção (montagem e acabamento) é realizado através de costureiras externas. A incursão de Alice Abreu no mundo das costureiras externas ocorre através de entrevistas preparadas e analisadas com grande sensibilidade, já que sua compreensão só pode ocorrer na intersecção de diferentes níveis: econômico, social, político e cultural. De novo o enfoque beneficia-se das contribuições integradas dos estudos sobre o processo de trabalho e da vertente que vimos chamando neste texto de história da mulher. Trata-se da indispensável articulação entre as esferas da produção e da reprodução, mas vistas de uma forma ampla, que inclui as percepções sociais do papel da mulher como um elemento explicativo de processos que ocorrem no coração da economia tanto quanto em qualquer outro reduto social. A experiência das empresárias mulheres atraídas para o setor pelo seu "gosto" pela roupa assim como a das costureiras mulheres, especialmente as que aprenderam a costurar "em casa" por opção individual e como elas mesmas, colocam "por gosto". A trama dos gostos porém é bastante complicada.

Convém lembrar, que o "bom gosto" no sentido requerido pela criação da moda é um bem cultural de difícil apropriação pelos que não pertencem às camadas dominantes da sociedade. São *insights* deste grau de sofisticação que Alice Abreu nos oferece ao reconstituir cuidadosamente todas as etapas do processo de trabalho no setor.

O estilo contido e o rigor analítico da autora não escondem a emoção com que resgata o cotidiano destas mulheres comuns. Quando Alice Abreu discute as estratégias adotadas pelas mulheres costureiras em diferentes momentos do ciclo de vida dentro do contexto do grupo familiar, quando desvela seu círculo de relações de parentesco ou vizinhança eventualmente conturbado por migrações ou mudanças, quando recupera o esforço pessoal de algumas delas para chegar a dominar uma habilidade assumida como vocação, toca na dimensão humana destas trajetórias de vida. Suas costureiras, portanto, não se apresentam aos olhos do leitor como meros "feixes de determinações", mas sim como pessoas vivas lutando para construir seus próprios destinos.

É este matiz sensível do texto, aliado à clareza tranqüila da exposição, que fazem deste trabalho sólido, uma leitura cativante.